



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

TERMO DE ADESÃO N. 025/PGM/PMJP/2024 DO CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSOR CELSO AUGUSTO ROCCO, AO PROGRAMA FINANCEIRO DE AUTONOMIA ESCOLAR PROFAE, PARA OS FINS QUE NAS CLÁUSULAS ABAIXO SE ESPECIFICAM.

CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSOR CELSO AUGUSTO ROCCO, associação privada, pessoa jurídica de direito privado, com natureza e fins não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, inscrito no CNPJ sob o n. 05.666.126/0001-13, com sede e administração nesta cidade de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, neste ato legalmente representada por sua presidente **MARGARETH BARBOSA DOS SANTOS DOMINGOS**, portador (a) do RG n. 922.283 SSP/RO, inscrito (a) no CPF sob o n. 864.880.5852-15, data de nascimento: 20/07/1985, residente nesta cidade de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, E-mail: barbosamargareth84@gmail.com, Fone: (69) 99279-3354, ([ID 988426](#)) e ([ID 988471](#)), vem através deste aderir ao **PROGRAMA FINANCEIRO DE AUTONOMIA ESCOLAR - PROFAE** onde o **MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 04.092.672/0001-25, com sede e administração na Av. Dois de Abril, n. 1701, Bairro Urupá, cidade de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, repassará direto dos recursos do Tesouro Municipal mediante crédito automático em conta única e específica sem a necessidade de formalização de convênio, termo de cooperação, acordo, contrato, ajuste ou outro instrumento congênere, nos termos do Art. 1º da Lei Municipal n. 3.284/2019. Os deveres e obrigações para serem fielmente cumpridas, na forma da Lei supracitada e do disposto no **Processo Administrativo n. 1-6905/2024-SEMED**, mediante as cláusulas e condições que se seguem.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente ADESÃO tem por objeto o repasse de recursos financeiros em conformidade com a Lei Municipal n. 3.284/2019, proveniente dos 25% (vinte e cinco por cento) destinados à Educação pelo Tesouro Municipal, conforme o Art. 3º da Lei Municipal mencionada.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. O valor total do repasse será de R\$ 52.992,00 (cinquenta e dois mil, novecentos e noventa e dois reais), que compreende ([ID 989084](#)) e ([ID 1025870](#)) FI.02;

• Fundamental: R\$ 52.992,00, correspondente ao valor mensal de R\$ 4.416,00, a serem repassado em 12 (doze) parcelas;

2.2. Os valores serão destinados trimestralmente à Unidade Executora mediante depósito em conta corrente, aberta especificamente para esse fim, nos termos do Art. 5º, §1º, da Lei Municipal n. 3.284/2019, e após a apresentação da documentação elencada nos incisos I a VIII do Art. 6º da mesma Lei.

2.3. A transferência dos recursos financeiros ocorrerá em 04 (quatro) parcelas por ano, sendo que a primeira parcela será referente aos meses de janeiro a março, a segunda parcela referente aos meses de abril a junho, a terceira parcela referente aos meses de julho a setembro e a quarta parcela referente aos meses de outubro a dezembro, nos termos do Art. 4º, §3º, da Lei Municipal n. 3.284/2019.

2.4. A Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, por meio da Secretaria Municipal de Educação, poderá repassar recursos adicionais a Unidade Executora a fim de atender necessidades excepcionais ou de interesse público, nos termos do Art. 20 da Lei Municipal n. 3.284/2019.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas oriundas da presente ADESÃO correrão à conta da Dotação Orçamentária de 2024, proveniente dos 25% (vinte e cinco por cento) destinados à Educação pelo Tesouro Municipal, que consta:

([ID 1033691](#))

Dotação Orçamentária	02 - PODER EXECUTIVO 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 02 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 12.361.0002.2092.0000 - Manutenção do PROFAE 3.3.50.41.00 - CONTRIBUICOES
----------------------	---

Valor Reservado (Orçamento 2024): R\$ 52.992,00 (cinquenta e dois mil e novecentos e noventa e dois reais)

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência do presente termo será até **31 de dezembro de 2024, retroagindo seus efeitos ao primeiro dia de janeiro de 2024.**

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Para o fiel cumprimento do objeto pactuado na cláusula primeira compete:

I à Secretaria Municipal de Educação:

Garantir a execução da transferência dos recursos financeiros consignados na cláusula segunda do presente Convênio, mediante repasses trimestrais, ao CONVENIENTE, conforme o Art. 8º, inciso I, alínea a e Art. 2º da Lei Municipal n. 3.284/2019;

Orientar o CONVENIENTE quanto aos procedimentos técnicos e operacionais que regem a execução do Programa Financeiro de Autonomia Escolar PROFAE, conforme determina o art. 8º, inciso I, alínea b, da Lei Municipal n. 3.284/2019;

Efetuar o acompanhamento da Unidade Executora, a transferência e a aplicação dos recursos, com o assessoramento técnico da Secretaria Municipal de Fazenda e de quem compete a verificação dos aspectos financeiro, contábil e orçamentário, nos termos do art. 15 da Lei Municipal n. 3.284/2019;

Fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros repassados, nos termos do art. 8º, inciso I, alínea d, da Lei Municipal n. 3.284/2019;

Proceder exame preliminar dos documentos relativos à prestação de contas e, após, encaminhar a prestação de contas à Secretaria Municipal de Fazenda para análise e emissão de Parecer, nos termos do art. 8º, inciso I, alínea c e do art. 14 da Lei Municipal n. 3.284/2019.

Repassar recursos adicionais do PROFAE à CONVENIENTE, a fim de atender necessidades excepcionais ou de interesse público previstos no art. 20 e alíneas, da Lei Municipal n. 3.284/2019, observando o limite e as condições dispostas no art. 20, parágrafo único, da mesma Lei.

II à Unidade Executora:

Aplicar, integralmente, os recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data do depósito na conta aberta especificamente para essa finalidade, atentando-se ao disposto no Art. 9º e incisos, Art. 11 e incisos, e Art. 17, da Lei Municipal n. 3.284/2019;

Atentar à vedação expressa de aplicação dos recursos do PROFAE na aquisição de materiais permanentes, no pagamento de pessoal e a qualquer título a agente público da ativa, nos termos do Art. 10 da Lei Municipal n. 3.284/2019;

Adquirir produtos e contratar serviços, observando os critérios dispostos no Art. 11 e incisos, da Lei Municipal n. 3.284/2019, bem como conceder tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte na aquisição de bens e contratação de serviços, conforme disposto no Art. 11, parágrafo único da Lei Municipal n. 3.284/2019, bem como realizar o processo de compras e recebimento de materiais e serviços, bem como verificar a qualidade e quantidade dos materiais adquiridos e serviços contratados, nos termos do Art. 8º, inciso II, alíneas a e b, da Lei Municipal n. 3.284/2019.

Efetuar a movimentação dos recursos financeiros exclusivamente por cheque ou meio eletrônico, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores, nos termos do Art. 16 da Lei Municipal n. 3.284/2019;

Quando não utilizados os recursos do PROFAE, efetuar aplicações financeiras vinculadas à conta corrente em que os recursos foram creditados, devendo os rendimentos das aplicações serem obrigatoriamente computados como crédito da conta específica e aplicados exclusivamente no objeto do repasse, nos termos dos Art. 18 e Art. 19 da Lei Municipal n. 3.284/2019;

Manter todos os registros contábeis e demonstrativos gerenciais relativos aos recursos repassados em ordem e à disposição dos órgãos federais e estaduais de controle externo, assim como da Câmara Municipal e dos órgãos municipais de controle interno, nos termos do Art. 15, § 1º, da Lei Municipal n. 3.284/2019, bem como prestar contas dos recursos financeiros recebidos, conforme disposto no Art. 8, inciso II, alínea c, da Lei Municipal n. 3.284/2019, na forma explicitada na cláusula sexta deste instrumento.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. A Unidade Executora deverá prestar contas da aplicação dos recursos que lhe forem repassados no prazo de até 10 (dez) dias após o término do prazo de aplicação de cada parcela, nos termos do Art. 12 da Lei Municipal n. 3.284/2019. A prestação de contas será composta, no mínimo, dos seguintes documentos elencados nos incisos I a XIII. Os saldos de parcelas poderão ser aplicados e incorporados na prestação de contas de parcelas subsequentes, conforme § 2º do artigo supracitado.

6.2. O atraso na prestação de contas compromete o repasse subsequente e poderá implicar em responsabilidade administrativa, civil e criminal dos responsáveis pela gestão dos recursos financeiros, nos termos do Art. 13 da Lei Municipal n. 3.284/2019.

6.3. Ao atraso e às irregularidades na prestação de contas, bem como à Tomada de Contas Especial (TCE), aplicar-se-á, no que couber, a Instrução Normativa n. 005/CGM/PGM/SEMFAZ/PMJP, de 14 de maio de 2008, sem prejuízo das demais legislações pertinentes, conforme disposto no Art. 13, parágrafo único da Lei Municipal n. 3.284/2019.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGALIDADE

7.1. A presente ADESÃO está amparada pela Lei Municipal n. 3.284/2019, Lei Municipal n. 3.376/2021 e Lei Municipal n. 3.618/2022, sendo a eficácia do presente termo condicionada à publicação de seu extrato na forma e prazo previstos pelo parágrafo único do Art. 175 da Lei Federal n. 14.133/2021.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

8.1. A Unidade Executora se responsabiliza pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins que não sejam aqueles estampados no Art. 9º e Incisos e Art. 17 da

Lei Municipal n. 3.284/2019, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes.

9. CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO DOS RECURSOS

9.1. O presidente da Unidade Executora fica responsável pela execução dos recursos do Programa Financeiro de Autonomia Escolar - PROFAE.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO DO TERMO

10.1. A presente adesão será acompanhado e fiscalizado pelo gestor Philipe Silva Nascimento e fiscal Claudimar Dutra Vial Goncalves, conforme Portaria n. 143/GAB/SEMED/2024.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná/RO, em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para julgar toda e qualquer demanda oriunda da presente adesão.

11.1. É lavrado a presente adesão, nos termos do Art. 6, Inciso I da Lei Municipal n. 3.284/2019, que depois de lido e achado conforme, é assinado, para que produza todos os efeitos legais em direito admitidos, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução.

Ji-Paraná, 16 de julho de 2024

MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - RO
CNPJ/MF n. 04.092.672/0001-25
ISAU RAIMUNDO DA FONSECA
Prefeito

CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
PROFESSOR CELSO AUGUSTO ROCCO
CNPJ n. 05.666.126/0001-13
MARGARETH BARBOSA DOS SANTOS DOMINGOS
Presidente

ELECIMAR BATISTA DA SILVEIRA
Secretário Municipal de Educação
Decreto n. 2830/GAB/PM/JP/2024

RODRIGO SAMPAIO SOUZA
Procurador-Geral do Município
Decreto n.2821/GAB/PM/JP/2024

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO SAMPAIO SOUZA, PROCURADOR GERAL**, em 16/07/2024 às 14:20, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELECIMAR BATISTA DA SILVEIRA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, em 16/07/2024 às 15:01, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **ISAU RAIMUNDO DA FONSECA, Prefeito do Município de Ji-Paraná**, em 16/07/2024 às 15:17, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARGARETH BARBOSA DOS SANTOS DOMINGOS, DIRETORA ESCOLAR**, em 22/07/2024 às 13:32, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **1045364** e o código verificador **F03435B7**.

Referência: [Processo nº 1-6905/2024](#).

Docto ID: 1045364 v1